

Estados à espera dos repasses

Enquanto a Constituinte debate a reforma tributária, os Estados fazem planos e calculam quanto a mais vão receber da União

A reforma tributária que está sendo debatida na Assembléia Nacional Constituinte ainda não está definida, mas já cria muitas expectativas nos Estados, todos à espera de maiores recursos do "bolo" de arrecadação da União, mas poucos acreditando que o volume de dinheiro a ser repassado possa ser suficiente para os seus gastos. Além disso, ainda não se sabe se os recursos serão

repassados já este ano ou apenas em 1989, uma vez que o assunto ainda não está definido.

Pela legislação tributária tradicional, qualquer mudança relativa aos impostos só pode entrar em vigor no exercício seguinte àquele em que ocorrer a alteração. Entretanto, como a Constituinte é soberana, ela pode decidir que os repasses sejam feitos

imediatamente à promulgação da nova Constituição, ou seja, ainda este ano.

Mesmo assim, as Secretarias da Fazenda já estão fazendo as contas: São Paulo espera receber mais Cz\$ 5 bilhões mensais, que pretende aplicar prioritariamente na área social, segundo o secretário José Machado de Campos Filho; o Rio de Janeiro está na expectativa de acrescentar Cz\$ 10

bilhões à sua receita já neste exercício, o que contribuirá para reduzir o atual déficit de caixa; Minas Gerais, ao contrário, não prevê um ganho expressivo, a não ser uma maior autonomia administrativa do Estado, e o Rio Grande do Sul, sem entusiasmo, espera uma arrecadação adicional de apenas 5%, muito pouco para os seus enormes gastos orçamentários.

SP quer ampliar os investimentos sociais

JOSÉ RODRIGUES

SERRA NEGRA — Caso o texto do capítulo tributário em discussão na Constituinte permaneça inalterado até a promulgação da nova Constituição, o Estado de São Paulo poderá contar com um substancial reforço de caixa, da ordem de Cz\$ 5 bilhões mensais, em valores de hoje. Isso significa um acréscimo de 9% na arrecadação estadual e o secretário da Fazenda, José Machado de Campos Filho, já tem planos para o novo dinheiro que poderá chegar ainda este ano: "Ele vai proporcionar o desenvolvimento do programa de governo, principalmente os investimentos na área social. Será um dinheiro que iremos investir na melhoria da qualidade de vida da população, em saúde, no menor, na educação e transportes".

Para o secretário da Fazenda, "a situação, hoje, está realmente

muito difícil, porque as reivindicações populares são muito grandes e também porque o programa de governo é bastante intenso, em termos de realizações de obras. Nós estamos administrando o orçamento com muita atenção, procurando diminuir os gastos supérfluos, o pouquinho que sobra da arrecadação é destinado aos investimentos prioritários da área social".

São Paulo aplica hoje 15% de seu orçamento em investimentos e, segundo Machado de Campos Filho "se a reforma tributária vier a ser aprovada do jeito que está, trará benefícios para todos. Apesar de São Paulo ter um aumento proporcionalmente menor que os outros Estados, como é o que mais arrecada, terá um volume de recursos maior". Ele falou apenas genericamente a respeito dos planos do governo estadual para esse dinheiro novo, mas garantiu investimentos

no metrô, de fundamental importância para a vida dos 12 milhões de habitantes da Grande São Paulo.

E o que significa exatamente esses bilhões de cruzados que São Paulo receberá a mais com a promulgação da Constituição. É difícil calcular, mas o secretário apresenta alguns parâmetros para dimensionar o que pode ser feito com todo esse dinheiro: um prédio como os que estão sendo construídos pelo governo estadual custa cerca de Cz\$ 800 milhões. Com acréscimo da receita, poderiam ser construídos seis prédios por mês.

Outro dado apresentado por José Machado de Campos Filho: no ano passado, o Estado gastou Cz\$ 8 bilhões na reforma de 700 escolas. Vai dar, portanto, para construir muitas escolas, para reformar muitas escolas, concluiu.



Arnaldo Fiaschi-17/03/87

Machado: escolas, cadeias

Minas vê poucas vantagens

LUIZ CARLOS D'ÁVILA

O governo mineiro não tem ainda uma noção precisa do que representará para ele a reforma tributária, mesmo porque ainda há muito por definir, como a fixação das alíquotas. Mas antevê que em termos de disponibilidade de recursos líquidos, o ganho não será expressivo, porque a União deverá transferir, para os Estados, gastos e encargos na mesma proporção que tiver diminuída a sua participação no "bolo" tributário, neutralizando, assim, os cerca de 20% que os Estados da região Centro-Sul esperam de aumento em suas arrecadações. A grande vantagem da reforma tributária para os Estados será política, com a ampliação da sua autonomia administrativa.

Segundo o chefe de gabinete da Secretaria da Fazenda de Minas, Pedro Lobato, com o aumento de arrecadação e correspondente transferência de obrigações da União para os Estados, estes terão

maior espaço de decisão e de gerência sobre os recursos que passarão a transitar pelo seu caixa. "Será uma divisão de poder, muito mais positiva para os Estados do que a simples especulação sobre o que este ou aquele arrecadará mais — disse —, pois, na medida em que os recursos e atribuições se concentram menos nas mãos da União, menos ingerência política ela tem nos governos estaduais."

Para Pedro Lobato, a reforma tributária não terá reflexos imediatos sobre as finanças estaduais, mesmo porque o repasse da arrecadação de ICM para os municípios aumentará de 20 para 25%. Além disso, no perfil das dívidas estaduais, há uma maior concentração de compromissos nos próximos anos, devendo o adicional resultante da reforma ser utilizado para a amortização. Por outro lado, a reforma será sentida apenas a partir de 1989, já que toda matéria tributária só pode entrar em vigor no exercício seguinte ao da sua definição.

Belo Horizonte/Agência Estado

RS acha pouco para muito gasto

ALEXANDRE CASTRO

A reforma tributária encaminhada pela Constituinte não chegou a entusiasmar o governo gaúcho. O secretário da Fazenda, José Ernesto Pasquotto, considera que foram abertas perspectivas para um aumento na arrecadação dos estados, em função da ampliação da base econômica sobre a qual incidirá o novo ICM. No entanto, destaca que a fixação da alíquota desse novo imposto foi transferida para a legislação ordinária e resoluções do Senado, e se forem mantidos os índices atuais do ICM e os critérios de isenções, o Estado arrecadará apenas 5% a mais com a reforma tributária.

Esse seria um percentual extremamente baixo para um Estado cujo orçamento para 1988 prevê gastos de 105% da arrecadação líquida de ICM somente com a cobertura da folha de pagamentos do funciona-

lismo e das despesas de custeio da máquina administrativa.

O secretário José Ernesto Pasquotto comenta que, por enquanto, é impossível prever com exatidão os reflexos no Rio Grande do Sul da reforma tributária discutida na Constituinte. Ele observa haver, no momento, apenas dois tópicos inteiramente definidos: um, que os Estados aumentarão de 20% para 25% os repasses de ICM para os municípios. Outro, que os Estados aumentarão sua fatia no Fundo de Participação Federal.

Neste segundo caso, Pasquotto frisa que somente os Estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste terão ganhos efetivos, pois o critério de distribuição do fundo é o inverso da renda per capita de cada Estado, ou seja, quanto maior a renda per capita de um Estado, menos ele recebe. Assim, os Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, chegam hoje a ter seus orçamentos compostos por quase 50% de repasses do Fundo de Participação, en-

quanto o peso no orçamento gaúcho é de apenas 1,5%.

Por outro lado, o secretário da Fazenda do Rio Grande do Sul considera acertada a decisão da Constituinte de ampliar a base econômica sobre a qual incidirá o novo ICM, com a fusão de seis impostos: o próprio ICM, e os impostos únicos sobre minerais, combustíveis e lubrificantes, energia elétrica, telecomunicações e transportes. Observa que isso acabará com os casos de bitributação e até tributação em cascata, sendo benéfico, portanto, para quem consome aqueles produtos e serviços como insumos. Para os estados será igualmente positivo, porque a arrecadação tende a aumentar.

No entanto, o secretário reitera que, como a alíquota do novo tributo só será definida posteriormente, em leis complementares e resoluções do Senado, não há condições de prever o índice do provável aumento da arrecadação estadual.

Porto Alegre/Agência Estado

Sair do déficit, esperança do Rio

RANDOLPHO DE SOUZA

O estado do Rio de Janeiro espera, de imediato, acrescentar mais de Cz\$ 10 bilhões à sua receita relativa no atual exercício, apenas com recursos resultantes das transferências de arrecadação da União para os estados e municípios. Para o secretário da Fazenda do Estado do Rio, Jorge Hilário Gouvêa Vieira, esse acréscimo já representa uma sensível melhora para a economia fluminense, visto que para o exercício de 1988 a União transferiu do Fundo de Participação dos Estados e Municípios apenas Cz\$ 2,5 bilhões, através de financiamentos pela Caixa Econômica Federal (CEF) e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

A previsão de acréscimo na receita é feita na base de 16% sobre a arrecadação de Cz\$ 65.844 milhões no passado. Vieira esclarece, porém, que a receita adicional tem cresci-

mento real, o que, associada à crescente arrecadação estadual, "nos permitirá sair da atual situação deficitária".

O secretário da Fazenda do Rio prevê que o aumento na participação do "bolo" dos impostos arrecadados pela União deverá ocorrer entre os meses de setembro e outubro, quando, então, estará concluída a nova Constituição do País, responsável pela reforma tributária. "O nosso orçamento não pode contar ainda o excesso de arrecadação porque também dependerá de leis complementares aprovadas pela Assembléia Legislativa do Estado, procedimento que depende da aprovação da própria Constituição", explicou.

Para Vieira, a reforma tributária, retirando a concentração dos impostos arrecadados das mãos da União, "é o grande início da reforma administrativa e política do Brasil". Na sua opinião, esta descentralização de arrecadação permitirá mu-

dar, principalmente, o sistema de planejamento no País, colocando os recursos orçamentários resultantes da receita de tributos a serviço de programas orientados pelas municipalidades.

Ele ressalta a possibilidade de um município, com os recursos adicionais resultantes da reforma tributária, determinar o que é melhor para a sua administração em termos de programas econômico ou social. "Ele não ficará mais dependendo do poder centralizador de Brasília, situação que se aplica, em maior escala, para os estados", afirma o secretário fluminense.

O estado do Rio de Janeiro vive às voltas com sérias crises financeiras acumuladas ao longo dos anos. Essa situação deficitária, segundo Hilário Gouvêa, obrigará o atual governo a utilizar os recursos adicionais da sua receita em novos financiamentos.

Rio/Agência Estado

Na pequena Rubiácea, até uma piscina pública

ANTÔNIO JOSÉ DO CARMO

O prefeito de Rubiácea, um dos menores municípios do País, na região de Araçatuba, Valdomiro Dessotti (PDS) nem foi ao Congresso Estadual de Serra Negra, que reuniu os prefeitos para defender a reforma tributária. Na verdade ele apóia o encontro, mas não tem muitos motivos para se preocupar com ele. A cidade, que tem mil e 500 habitantes, está praticamente toda abastecida de água; o esgoto é tratado e atende 95% da população. O orçamento financeiro previsto em Cz\$ 34 milhões para este ano, deve quase dobrar.

No mês de abril, a arrecadação foi de Cz\$ 5,1 milhões, e com apenas Cz\$ 800 mil foi pago todo funciona-

lismo público, formado por 51 pessoas. Esta semana havia Cz\$ 6,89 milhões em caixa, ou melhor, aplicados no mercado financeiro. Com o asfalto construído gratuitamente para a população, e atingindo 90% da cidade, o prefeito se deu ao luxo de instalar a primeira fonte luminosa do município, que foi inaugurada ontem. A próxima inauguração será do novo paço municipal, que do terreno ao acabamento consumirá somente verbas da prefeitura, sem qualquer financiamento.

Valdomiro Dessotti diz que, se conseguir eleger o sucessor, vai aconselhá-lo a usar o dinheiro da reforma tributária na construção de uma piscina pública. "Toda cidade tem uma piscina pública, só nós ainda não temos", argumenta.



Antonio José do Carmo

Valdomiro: dinheiro sobrando para fonte luminosa

No serviço de saúde, tudo está bem encaminhado para que Rubiácea ganhe um hospital. Deverá ser instalado no atual prédio da prefeitura, com mil metros quadrados. Atualmente, três ambulâncias viajam constantemente levando os pacientes mais graves para hospitais de Araçatuba e Guararapes. Os atendimentos de emergência são feitos no Pronto-Socorro do Centro de Saúde, por uma médica que, para morar em Rubiácea, tem casa de graça.

DINHEIRO DE SOBRA

Na contabilidade da prefeitura, alguns funcionários admitem que vai "sobrar dinheiro" com a aprovação da reforma tributária. A arrecadação de ICM atualmente é

a segunda maior fonte de renda municipal, com previsão de um repasse de Cz\$ 11,2 milhões este ano. O setor que mais contribui para essa receita é o da pecuária de corte, com rebanho de 15 mil cabeças. Depois vem a agricultura de algodão e milho. O comércio é formado por 12 estabelecimentos, e a maior indústria é uma fábrica de calçados que emprega 20 pessoas, seguida da empacotadora de arroz, que emprega duas pessoas, e da fábrica de móveis, com sete funcionários.

Mas, além da população urbana, Rubiácea tem dois mil habitantes na zona rural que, segundo o prefeito, estão sem perspectiva de melhorar o poder aquisitivo. A maioria trabalha nas lavouras temporárias e seus filhos não conseguem emprego fora do campo.